



▶ EPISÓDIO 1

Por que o mercado livre de energia é a bola da vez?



6 A 10 DE NOVEMBRO

# RELATÓRIO SEMANAL

As informações contidas nessa publicação são produzidas com **exclusividade para o nosso associado**

**Valorize o seu conteúdo!**  
Evite a distribuição indevida ao público externo.

# SUMÁRIO

**CLIQUE NO NÚMERO DA PÁGINA PARA SER REDIRECIONADO À SEÇÃO!**

**03**

**Conselho de Administração segue proposta da Diretoria e orienta aprovação do orçamento da CCEE para 2024**

**06**

**Abraceel participa de painel de referência no TCU sobre abertura de mercado**

**09**

**Grupo Técnico discute como aprimorar reprodutibilidade do Dessem**

**11**

**Abraceel na Mídia**

**12**

**Curtas**

**20**

**E o Congresso?**

**23**

**Próxima Semana**

# Conselho de Administração segue proposta da Diretoria e orienta aprovação do orçamento da CCEE para 2024

## Matéria em 1 minuto:

- Posicionamento vem acompanhado de recomendação para que CCEE faça prestação de contas regular acerca da execução dos projetos de transformação tecnológica e digital;
- Conselho também orienta que Abraceel peça para a CCEE a votação apartada dos custos de certificação de energia, de forma que os associados da Câmara decidam sobre o ingresso da entidade nessa atividade específica, conforme preconiza o seu Estatuto;
- Conselho pede avaliações da assessoria jurídica sobre esse tema e instância adequada para deliberar proposta de voto secreto nas Assembleias da CCEE;
- Diretoria-Executiva não representará associadas na votação em AGE em razão de a reunião ser híbrida e possibilitar procuração para qualquer colaborador das empresas.

A Abraceel realizou reunião extraordinária do Conselho de Administração no dia 09.11 para deliberar o posicionamento da Abraceel em relação à proposta de orçamento da CCEE para 2024, que será objeto de votação em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) do dia 13.11, em formato híbrido, no Hotel Meliá Paulista, em São Paulo, com primeira chamada às 13h e segunda às 14h.

Rodrigo Ferreira, Presidente-Executivo da Abraceel, apresentou os pontos principais da proposta, que soma R\$ 286,2 milhões, incluindo R\$ 216,5 milhões para despesas recorrentes (como aquisições de licenças de softwares, manutenção de hardwares, manutenção do corpo técnico, auditoria e aluguel, entre outras rubricas, com reajuste de 6% em relação a 2023) e acréscimo de R\$ 67,9 milhões (que inclui projetos de investimento em tecnologia), totalizando um crescimento de 31% em relação a 2023. A apresentação completa está disponível [aqui](#).

No fim da apresentação, a Diretoria-Executiva da Abraceel listou três pontos para deliberação dos conselheiros:

- Orçamento CCEE: diante da necessidade de modernização da governança e tecnologia da Câmara, detalhamento das iniciati-

vas por parte da Câmara e discussão promovida no Grupo Técnico da Abraceel, a Diretoria-Executiva não vê óbices para aprovação do orçamento da CCEE, sugerindo que haja uma prestação de contas regular acerca dos projetos de transformação tecnológica e digital.

- Voto secreto: deliberar sobre a atuação da Abraceel para convocar uma Assembleia para deliberar sobre o voto secreto na CCEE.
- Representação: não há necessidade de a Diretoria-Executiva representar empresas associadas na votação em AGE. Isso porque a reunião será híbrida e qualquer colaborador ou procurador da associada pode fazer essa representação.

Os conselheiros aprovaram as três propostas da Diretoria-Executiva por unanimidade, solicitando, de forma complementar, algumas iniciativas. Uma delas é orientar que a Abraceel peça para a CCEE a votação apartada dos custos de certificação de energia, de forma que os associados da Câmara decidam sobre ingresso da entidade nessa atividade específica, conforme preconiza o seu Estatuto. Nesse sentido, também orientaram solicitar avaliação da consultoria jurídica da Abraceel para suportar o pleito.

Além disso, o Conselho concordou com a perspectiva que, caso o Decreto governamental que instituirá a nova estrutura de governança da CCEE não seja publicado até a AGE, os valores relacionados a esse tema sejam retirados da proposta orçamentária para o ano que vem.

Por fim, a consultoria jurídica da Abraceel também foi demandada a fornecer uma avaliação para indicar qual a instância mais adequada para estabelecer o voto secreto nas decisões colocadas em votação nas assembleias da CCEE.



## **Abraceel solicita à CCEE deliberação apartada dos custos relativos à Plataforma de Certificação de Energia**

Em 10.11, a Abraceel enviou carta ao presidente do Conselho de Administração da CCEE, Alexandre Peixoto, com pedido para que custos relativos à criação da Plataforma de Certificação de Energia sejam deliberados de forma apartada dos demais itens constantes na proposta orçamentária para o exercício de 2024 a ser deliberada em AGE na próxima segunda-feira, dia 13 de novembro.

Em sua correspondência, a Associação defende que o exercício dessa atividade pela CCEE deve obedecer ao seu próprio Estatuto Social, que em seu art. 3º, inciso X, determina que a execução de atividades não previstas expressamente nesse instrumento depende de determinação expressa da ANEEL, da Assembleia Geral ou de determinação legal.

Assim, a proposta é que, apartando esse item dos demais, poderá ficar evidente a concordância ou não do associado quanto ao ingresso da CCEE nessa atividade.

A Abraceel ressalta que, caso a CCEE acate essa sugestão, não há orientação específica da Associação quanto ao voto de cada associado sobre esse item.

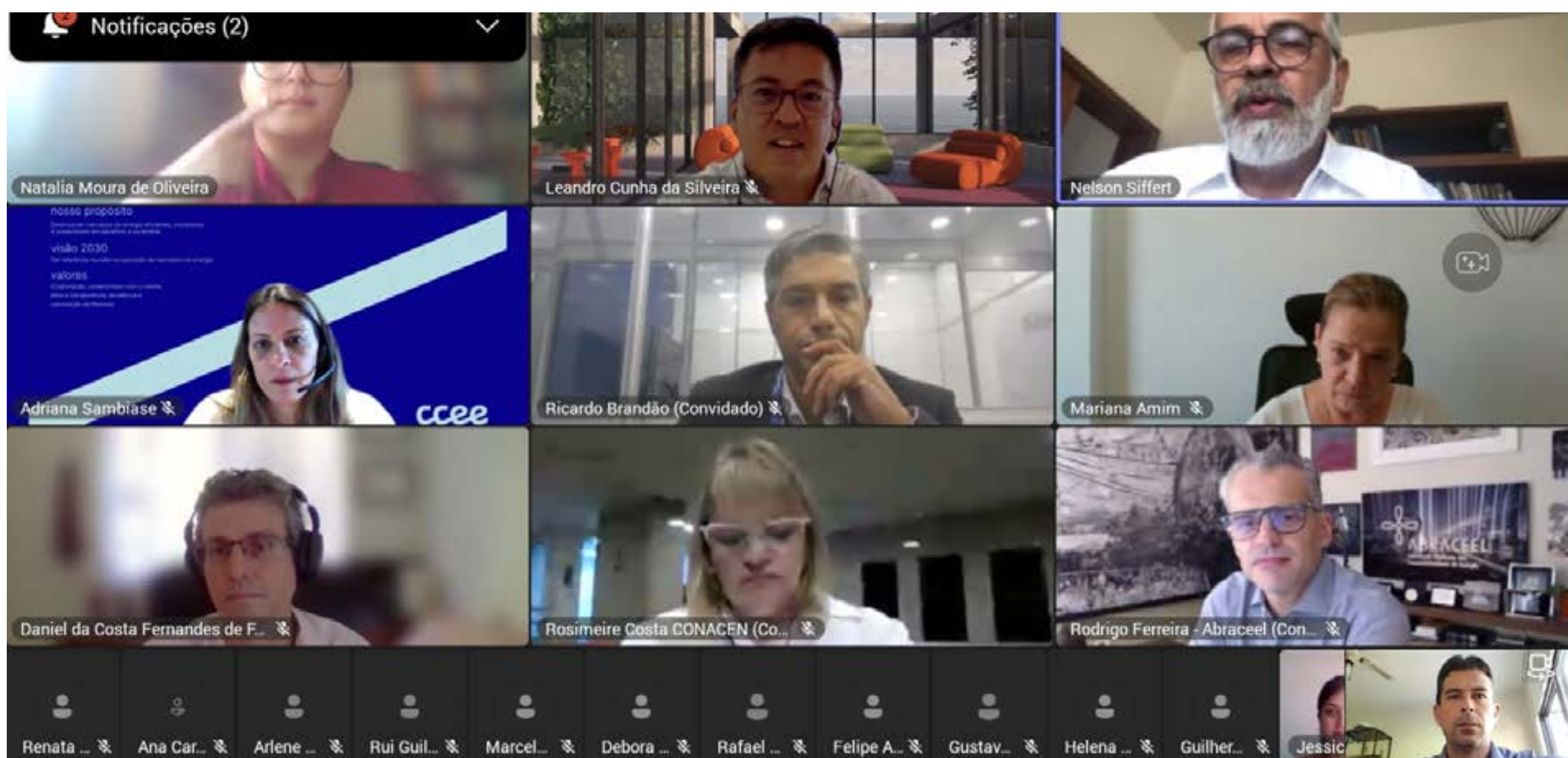
A carta está disponível na área do associado, no [site da Abraceel](#).

# Abraceel participa de painel de referência no TCU sobre abertura de mercado

## Matéria em 1 minuto:

- É a segunda interação da Abraceel com o Tribunal de Contas da União sobre abertura de mercado;
- Abraceel destacou a necessidade de analisar também os riscos e benefícios de manter os consumidores do Grupo B no mercado cativo, política que se perpetua por anos;
- No painel, a Abraceel explicou aos técnicos do TCU os motivos para a energia no mercado cativo ser mais cara do que no ambiente livre;
- Associação evitou discutir no painel temas relacionados à CP 28/2023, sobre comercialização varejista, ressaltando que o assunto está sendo tratado na Aneel, instância adequada para esse tipo de discussão. Entidade destacou também que já há regulação sobre o tema, com milhares de consumidores nessa modalidade;
- Associação lembrou ainda que a implementação da Portaria MME 50 teve início em 2022, quando consumidores iniciaram a denúncia dos contratos, já sendo os efeitos práticos da medida percebidos também por distribuidoras, comercializadoras e geradores

A convite do Tribunal de Contas da União (TCU), a Abraceel participou, no dia 08.11, de um painel de referência online com técnicos da AudElétrica, área de auditoria de energia elétrica do Tribunal, além de associações e especialistas do setor elétrico, sobre a abertura do mercado.



Como pano de fundo para as discussões, o TCU colocou questões como critérios legais, evidências, causas e possíveis efeitos da Portaria 50/2022 – sempre da ótica dos técnicos do Tribunal.

É a segunda interação da Abraceel para debater com o TCU esse tema. Na primeira, em 16.08, a Abraceel explicou questões referentes ao processo de abertura de mercado no Brasil, detalhando estudos realizados e benefícios esperados. Na ocasião, a Associação encaminhou várias análises que suportam a urgente abertura do mercado elétrico brasileiro.

Durante a reunião, a Abraceel destacou que não é razoável analisar a política pública de abertura de mercado de energia sem analisar a outra opção de política, que se perpetua por anos, que é manter o consumidor do Grupo B exposto aos riscos do mercado cativo e sem os benefícios de um mercado competitivo.

“É fundamental a comparação. Da mesma forma que foi tomada uma decisão de abrir o mercado para o restante do Grupo A, houve a decisão de não estender isso ao Grupo B. Sendo assim, o TCU deve avaliar também essa política pública, ou seja, os benefícios e riscos de manter 99,96% dos consumidores do Brasil no mercado cativo, ou pior, buscar entender a lógica da política pública de oferecer um modelo de mercado a apenas uma parte dos consumidores em detrimento dos demais”, destacou Rodrigo Ferreira, Presidente-Executivo da Abraceel.

A Associação voltou a explicar diversos aspectos do funcionamento do mercado de energia elétrica brasileiro, destacando, por exemplo, que o custo dos subsídios recai sobre todos os consumidores, livres e regulados; que o Congresso Nacional criou diversos subsídios e contratações compulsórias desnecessários nos últimos anos; e que os preços da energia elétrica no mercado regulado são mais elevados em comparação aos praticados no mercado livre por motivos como a indexação de longo prazo dos contratos, reservas de mercado para determinadas fontes de geração, decisões políticas sobre custo ou expansão da geração e riscos indevidamente alocados ao consumidor.

**Agente varejista** – No painel, os técnicos do TCU colocaram em discussão temas relacionados à CP 28/2003, que trata do aperfeiçoamento regulatório da comercialização varejista. A Abraceel frisou que aperfeiçoamentos regulatórios sobre o tema estão sendo tratados pela Aneel, que é o órgão federal competente para debater questões regulatórias, não cabendo “auditoria pré-

via” da regulação que está em discussão. Neste momento, a Abraceel lembrou aos técnicos do TCU recente posicionamento do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase), que alertou para conflitos e invasão de competências entre órgãos e instituições no setor elétrico.

Ainda sobre o tema de aperfeiçoamentos da regulação varejista, quando o TCU propôs discutir se seria necessário o adiamento da aplicação da Portaria 50 caso não seja concluída, pela Aneel, ainda neste ano, a CP 28/2023, a Abraceel lembrou que já há regulação sobre a comercialização varejista no Brasil, pela qual está ocorrendo o ingresso de milhares de consumidores nessa modalidade, destacando que a discussão, agora, está centrada em aperfeiçoamentos regulatórios, já que o mercado é dinâmico e está demandando, sempre que possível, melhorias regulatórias.

Na ocasião, o presidente da Abraceel destacou ainda que o efeito prático da Portaria 50, editada em setembro de 2022, começou no momento da sua edição, com denúncias sendo realizadas ao longo de 2023, com intensificação nos últimos meses. “Já temos mais de 10 mil contratos denunciados com distribuidoras e, consequentemente, o mesmo número de contratos assinados com comercializadores. É importante perceber que esses comercializadores, por sua vez, assinaram também contratos com geradores para garantir esse fornecimento. Portanto, os efeitos práticos da Portaria 50 já afetam grande parte do setor elétrico”, lembrou Rodrigo Ferreira.

O TCU deverá, no fim desse processo, submeter a instâncias superiores uma “matriz de achados” sobre o processo de abertura de mercado no Brasil.



# Grupo Técnico discute como aprimorar reprodutibilidade do Dessem

## Matéria em 1 minuto:

- Participantes apontaram que é necessário haver mais clareza na regra de acionamento da contingência, com definição do horário para publicação dos decks do Dessem, para evitar interpretações ambíguas;
- Houve consenso entre as associadas de que deve haver mais transparência quanto aos critérios de flexibilização de restrições realizadas pelo ONS.
- Abraceel solicitou reunião com o Operador para discutir os pontos levantados pelas associadas.

No dia 06.11, o Grupo Técnico da Abraceel se reuniu para discutir os aspectos que envolvem a reprodutibilidade do Dessem, como o processo de contingência e a flexibilização de restrições pelo ONS. Estiveram presentes 162 participantes.



A reunião foi convocada por questões identificadas pelas associadas, pois desde novembro de 2022, o problema de otimização do Dessem vem consumindo mais tempo para ser solucionado. Isso porque a existência de múltiplas soluções ótimas no modelo vem causando situações de indiferença no algoritmo Simplex e, conseqüentemente, aumento no número de iterações. Assim, a frequência com que os decks do Dessem não foram publicados cresceu, acarretando atrasos na operação em tempo real.

Os representantes das associadas comentaram que não há definição clara de horário de divulgação do deck do Dessem. Sobre isso, houve consenso que é necessário definir o horário em Pro-

cedimentos de Rede, medida importante, mesmo em dias em que a contingência não é acionada. Ademais, foi sugerido que os processos do ONS poderiam ser antecipados, o que propiciaria mais tempo para realizar as rodadas do Dessem e menos chances de acionamento da contingência.

Dando sequência à reunião, discutiu-se sobre as flexibilizações de restrição que são realizadas pelo ONS para conseguir fazer o modelo convergir, e que tal procedimento não apresenta critérios claros a serem seguidos, sendo o processo feito manualmente pelo Operador, o que prejudica a reprodutibilidade aos agentes. Sobre isso, foi sugerido que haja um descritivo da priorização dos critérios de flexibilização pelo ONS.

Adicionalmente, as associadas relataram que tais flexibilizações interferem na alocação de custos do setor elétrico, uma vez que todas as correções pós-Dessem viram encargos, sendo necessário que esse aspecto também seja considerado, especialmente em razão do modelo varejista.

A Abraceel solicitou reunião com o Operador para discutir os pontos levantados pelas associadas. A apresentação realizada na reunião pode ser lida na área restrita do [site da Abraceel](#), aba de “Apresentações exclusivas”.



# ABRACEEL NA MÍDIA

Economia

Conta de luz: a partir de janeiro, empresas de pequeno e médio porte poderão escolher fornecedor de eletricidade

**Conta de luz: a partir de janeiro, empresas de pequeno e médio porte poderão escolher fornecedor de eletricidade**

**Fonte:** O Globo

[Acesse aqui](#)



**Mercado livre de energia prepara sua maior expansão**

**Fonte:** Estadão

[Acesse aqui](#)



**Encontro Anual do Mercado Livre acontecerá em resort exclusivo na Bahia**

**Fonte:** Canal Energia

[Acesse aqui](#)

# CURTAS

## **Regras de Comercialização 2024: Abraceel identifica prioridades e receberá sugestões até 16.11, às 12h**

Está aberta a Consulta Pública 37/2023 da Aneel para discutir a proposta de Regras de Comercialização - versão 2024. A Abraceel identificou quatro temas de interesse dos comercializadores: (i) limitação de registro de contratos para aqueles caracterizados como Tipo 2, (ii) adequação do desconto provisório na TUSD, (iii) importação de energia e (iv) modelagem de órgãos da administração pública indireta como consumidores especiais na CCEE. Assim, propôs para as associadas uma minuta de contribuição, que foi enviada por e-mail ao Grupo Técnico. Caso as associadas tenham sugestões, devem enviá-las para [gt@abraceel.com.br](mailto:gt@abraceel.com.br) até a próxima quinta-feira, dia 16.11, às 12h. O prazo para envio da contribuição à Aneel termina no dia 17.11.

## **Tipo 1 e Tipo 2: comercializadores têm até 31.12 para enviar balanços auditados**

A CCEE divulgou comunicado ao mercado reforçando que os comercializadores precisarão enviar, entre os dias 01 e 31.12, os balanços patrimoniais auditados, para que a Câmara possa classificá-los em Tipo 1 ou Tipo 2. Os documentos devem ser enviados via sistema, no módulo Minhas Empresas, do ambiente de operações. Serão aceitos os balanços referentes ao ano de 2022 ou atualizações do exercício de 2023, desde que estejam auditados por empresas autorizadas pela CVM. O patrimônio líquido mínimo para classificação como Tipo 1 deve ser igual ou superior a R\$ 10.142.890,00. Caso o agente tenha matriz e filiais de CNPJs distintos, aderidos como agentes na CCEE, deverá enviar o mesmo balanço patrimonial para cada agente. Para os agentes que sofreram atualizações patrimoniais desde o período de referência da última demonstração contábil, será possível enviar também o contrato social mais recente para comprovar eventuais aportes. Além disso, os agentes aprovados na manutenção anual a partir de maio de 2023 não precisarão reenviar demonstrações contábeis. Cabe lembrar que aqueles que não enviarem a documentação até o fim do prazo serão classificados como Tipo 2. Perguntada pela Abraceel, a CCEE esclareceu que neste ano, a qualquer tempo, é possível solicitar a reclassificação para Tipo 1, porém para os agentes que não o fi-

zerem, a reclassificação só será possível nas previsões anuais de classificação, agendadas para ocorrer nos meses de abril de cada ano. Dessa forma, agentes que encaminharem a documentação para a classificação de 2023, e forem classificados como Tipo 2, ainda poderão apresentar até o fim deste ano a documentação de cumprimento dos requisitos para reclassificação para Tipo 1.

## **Cpamp veta Unit Commitment Hidráulico no ciclo atual**

Na reunião do dia 26.10, a Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico (Cpamp) deliberou pela não continuidade do Unit Commitment Hidráulico (UCH) para o ciclo de atividades de 2023-2024. A decisão foi tomada por falta de estudos de casos reais utilizando o aprimoramento, cuja conclusão foi inviabilizada por dificuldades operacionais, como não elaboração do deck e inviabilidade de sua execução. Além disso, a equipe técnica concluiu que ainda há necessidade de haver consistência de dados do UCH para identificação de inviabilidades, sendo necessário, para tanto, implementações adicionais, que estão programadas para serem entregues pelo Cepel no primeiro semestre de 2024. Assim, o replanejamento dessa atividade será tratado na próxima reunião plenária. O próximo workshop da Cpamp com os agentes está agendado para o dia 06.12, das 9h às 12h.

## **CCEE posterga início de declarações do monitoramento prudencial**

A CCEE postergou por mais uma semana a primeira rodada oficial de declarações no monitoramento prudencial. Assim, agora os agentes comercializadores e geradores deverão enviar seus dados entre 16 e 17.11. Para os consumidores, o período de envio foi mantido entre 16 e 22.11. Dado esse adiamento, a reunião do Grupo Técnico, cujo objetivo é colher a experiência das associadas sobre o envio, também foi postergada para o dia 21.11, terça-feira, às 15h.

## **[Coquetel anual] Confirme presença e aproveite a oportunidade de ações especiais**

Reconhecido como importante momento de celebração e fortalecimento do relacionamento entre as empresas associadas e lideranças do setor, o Coquetel Anual da Abraceel será realizado

no dia 07.12, a partir das 19h, no Espaço Itahy, localizado na rua Jorge Coelho, 98, no Itaim Bibi, em São Paulo. Por limitação do espaço, cada associada poderá indicar dois representantes, por meio do [formulário](#), que serão automaticamente confirmados. Adicionalmente, é possível indicar mais profissionais para participar do evento, nomeando-os para a lista de espera, pelo mesmo formulário, estando esses sujeitos à confirmação a partir do dia 28.11, a depender da quantidade de vagas remanescentes. A edição do Coquetel Anual 2023 terá ações especiais que podem ser lideradas pelas empresas associadas, por meio de aquisição de cotas, em troca de contrapartidas como a possibilidade de indicar convidados adicionais, projeção da logomarca durante o evento e distribuição de materiais de divulgação, nomes destacados na abertura e publicação em redes sociais. Os detalhes das cotas, bem como os benefícios que elas dão direito, estão explicados no [mídia kit](#) do evento. Caso sua empresa tenha interesse, entre em contato pelo e-mail [abraceel@abraceel.com.br](mailto:abraceel@abraceel.com.br).

## Participe do Almoço dos Traders no dia 08.12 às 12h



O Instituto Energia do Saber, organização sem fins lucrativos que promove atividades relacionadas ao desenvolvimento de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, convida todos as associadas da Abraceel para o Almoço dos Traders de Energia, tradicional evento promovido pelo IES, que visa arrecadar recursos para esse projeto, responsável por auxiliar mais de 2.500 crianças em situação de vulnerabilidade social. O almoço será realizado no dia 08.12, dia seguinte ao Coquetel Anual da Abraceel, entre 12h e 16h, no Club Athletico Paulistano, em São Paulo. A Abraceel oferece apoio exclusivamente por meio

de ações de comunicação junto as suas associadas. A organização do evento informa que as inscrições são limitadas, devido à limitação máxima de 280 lugares do local. Para vendas corporativas de mesas fechadas de 8 lugares, procurar por Glaucia Fernandes, pelo e-mail [institucional@institutoenergiadosaber.org.br](mailto:institucional@institutoenergiadosaber.org.br) ou telefone (11) 98762-6284. Para ingressos, acesse [aqui](#).

## Abraceel e BP discutem agenda do mercado

No dia 06.11, a Abraceel se reuniu com representantes da associada BP para discutir a agenda do mercado de energia, com foco para as bandeiras defendidas pela Associação.

## Abraceel e AES Brasil explicam motivos para migrar ao mercado livre



Rodrigo Ferreira, Presidente-Executivo da Abraceel, participou do Energia em Foco, o novo videocast da associada AES Brasil, que traz informações e debates sobre o mercado de energia, descarbonização e transição energética. Ao lado de Francine Pisni, Gerente de Assuntos Regulatórios da AES Brasil, Rodrigo Ferreira explicou o funcionamento do mercado livre de energia e as perspectivas de crescimento em função da abertura do mercado para os consumidores de energia em alta tensão em 2024, bem como experiências internacionais, com foco no Texas, local em que foi realizada a missão internacional da Abraceel, os desafios da transição energética, funcionamento da comercialização de energia e o open energy. Para ouvir o debate, clique [aqui](#).

## Em podcast da Aneel, Abraceel debate abertura do mercado

No dia 08.11, Bernardo Sicsú, Vice-Presidente de Estratégia e Comunicação da Abraceel, participou de entrevista para o programa de podcast da Aneel em episódio planejado para avaliar o momento de expansão do mercado livre de energia. A transmissão, que incluiu debates sobre outros temas do mercado de energia, foi parte integrante da programação do XXIV Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica. Ao lado de Ricardo Tilli, Diretor da Aneel, e Marco Delgado, Conselheiro da CCEE, e com mediação de Larissa Araiium, CEO da MegaWhat, os ouvintes puderam entender quais soluções o mercado e o regulador estão criando, com entregas previstas ainda para este ano, para atender a migração de milhares de consumidores de energia em média e alta tensão que poderão optar pela migração ao mercado livre de energia a partir de janeiro de 2024, conforme permite a Portaria MME 50/2022.



## Evento da Aurora Energy debate perspectivas do mercado de energia

Em 09.11, a Abraceel participou de workshop promovido pela Aurora Energy que reuniu especialistas de mercado para debater perspectivas para o setor. Estiveram presentes Aneel, EPE, BNDES e diversas associadas.



## Governança das metodologias e programas computacionais: Abraceel envia contribuição ao MME

A Abraceel enviou contribuição à Consulta Pública 157/2023 do MME, que trata de proposta de reestruturação da governança institucional das metodologias e dos programas computacionais do setor elétrico. A Associação apoiou a extinção da Cpamp e a criação de um comitê com governança específica, com organização da Aneel e coordenação técnica pela CCEE e ONS. Além disso, a fim de resguardar a efetividade da previsibilidade de mercado, a Abraceel defendeu que quaisquer aprimoramentos metodológicos devem estar aprovados e validados pelo comitê em questão quando a implementação for decidida, no caso, até 31 de julho. A contribuição pode ser lida no [site da Abraceel](#), aba de “Contribuições e notas técnicas”.

## Enfrentamento de situações emergenciais: Abraceel envia contribuição ao MME

No dia 09.11, a Abraceel enviou contribuição à Consulta Pública 156/2023 do MME, que trata de proposta de diretrizes gerais para o enfrentamento de situações emergenciais no setor elétrico. A Associação defendeu que é necessário estabelecer com clareza os deveres e responsabilidades das instituições em períodos de enfrentamento de restrições na operação e sugeriu que fossem incluídos indicadores para direcionar a definição pelo CMSE sobre o reconhecimento de situações emergenciais. A Abraceel também pontuou que a eleição de contratação de geração deve ocorrer pelo critério de menor custo. A contribuição pode ser lida no [site](#) da Abraceel, aba de “Contribuições e notas técnicas”.

## Abraceel registra 574 matérias na mídia entre agosto e setembro de 2023

A Abraceel disponibilizou na área restrita, aba Documentos Gerais, os relatórios de mídia referentes aos meses de [agosto](#) e [setembro](#) de 2023, com o registro de 393 e 181 matérias em cada mês, respectivamente. Destaque para reportagens no Valor Econômico, O Globo, Poder360 e Agência Estado, entre outros, além de interações de relacionamento com executivos da imprensa.

## **Aneel abre TS para validar as novas versões do Dessem e Newave**

A Aneel instaurou a Tomada de Subsídios 17/2023, com o objetivo de validar as novas versões dos modelos Dessem e Newave. A Abraceel elaborou minuta de contribuição que foi enviada pelo email [gt@abraceel.com.br](mailto:gt@abraceel.com.br) e solicita, por gentileza, que contribuições e alterações no documento sejam realizadas no próprio texto, em modo revisão, e sejam encaminhadas para o mesmo email até o dia 13.11, segunda-feira, às 12h.

## **CURTAS - GÁS NATURAL**

### **Alagoas sanciona lei que regula mercado livre de gás natural no estado**

No dia 01.11, o Governador de Alagoas, Paulo Dantas, sancionou a Lei Estadual 9.029, que estabelece normas para exploração dos serviços de gás canalizado. Com essa lei, a regulação alagoana passa a estar adequada à Nova Lei do Gás, pleito constante da Abraceel, e ao movimento de abertura do mercado. A regulamentação estabelece que, até o fim de 2024, o limite mínimo para o consumidor ser classificado como livre será de 10 mil m<sup>3</sup> por dia – e a partir de 2025, o limite será de 5 mil m<sup>3</sup> por dia. Além disso, possibilita ao consumidor livre de gás natural a venda de excedentes por intermédio de um comercializador, a contratação de gás simultaneamente no mercado livre e no cativo e a implantação de ramal dedicado pelo agente que não pode ser atendido pelo concessionário. A lei pode ser lida [aqui](#).

### **Abraceel discute modelo regulatório para o mercado livre de gás com Abrace**

No dia 06.11, a Abraceel participou de reunião com representantes da Abrace para discutir o modelo regulatório para o mercado livre de gás natural proposto em conjunto pela Abrace, IBP e ABPIP. Na reunião, a Abraceel apresentou os principais pontos da sua contribuição.

### **Contribua com a regulamentação do mercado livre de gás no estado de São Paulo**

A Arsesp instaurou a Consulta Pública 08/2023, sobre as regras para prestação dos serviços locais de gás canalizado para os usu-

ários livres e condições para autorização do comercializador. A fim de subsidiar eventual contribuição, solicitamos, por gentileza, que os associados que identificarem possíveis contribuições as encaminhem para [gt@abraceel.com.br](mailto:gt@abraceel.com.br) até o dia 13.11, segunda-feira.

## ANP discute constitucionalidade de atos estaduais

Entrou na pauta da reunião de diretoria da ANP a autorização para que a Procuradoria Federal, junto à ANP, realize os procedimentos necessários para o questionamento, perante o STF, da constitucionalidade de atos legais editados no âmbito estadual, um importante marco para o cumprimento da harmonização entre as legislações estaduais e federal. Essa pauta é historicamente defendida pela Abraceel. Durante a reunião, o diretor relator Daniel Maia pediu vista do processo.

## CURTAS - EVENTOS E CURSOS

### Curso do Cier aborda regulação do mercado varejista e comercialização de energia

Baseado em reuniões virtuais, material de leitura e estudos de caso, o curso do Cier disponibiliza ferramentas que permitem a análise e compreensão de um mercado complexo e exposto a desafios crescentes. Além disso, também tratará de aspectos econômicos básicos para a promoção da concorrência em um mercado varejista e a perspectiva da comercialização frente à transição energética. As atividades do curso estão programadas para ocorrer entre 06.11 e 10.12. Para mais informações, clique [aqui](#).





*Semana importante para o governo, cujo ápice foi a aprovação da reforma tributária pelo Senado na última quarta-feira. A geração distribuída e o hidrogênio verde entraram no texto nas votações finais e a matéria volta para a análise da Câmara, em virtude das modificações feitas pelos senadores. Falta acordo político para saber se a promulgação da PEC será fatiada ou permanecerá o plano inicial de promulgar o texto por inteiro. Semana que vem tem feriado, o que deixará o ritmo mais tranquilo no Legislativo.*

**Senado aprova a reforma tributária** - Senadores estiveram debruçados ao longo da semana na análise da PEC da reforma tributária. Na terça-feira, o relator da matéria, senador Eduardo Braga (MDB-AM), apresentou uma complementação de voto ao substitutivo apresentado, acolhendo emendas apresentadas. Conforme o governo esperava, a matéria foi aprovada com 53 votos favoráveis e 24 contrários. PL, Republicanos, PP e Podemos foram os partidos que estiveram nos votos contrários.

Aprovado na CCJ, a matéria foi aprovada no Plenário do Senado Federal, com os seguintes destaques para o setor:

- Criação de regime específico para operações com micro e minigeração distribuída de energia elétrica;
- Obrigatoriedade de cashback para famílias de baixa renda na conta de luz;
- Regime fiscal favorecido para os biocombustíveis e para o hidrogênio verde;
- Não incidência do imposto seletivo sobre operações relativas à energia elétrica.

**Próximos passos** – Como o texto que veio da Câmara foi modificado, a matéria retorna para análise dos deputados e há expectativa de promulgá-la ainda este ano. Desde o início da discussão da matéria, dada a complexidade do tema, havia o entendimento que a reforma seria promulgada quando as duas Casas estivessem em consenso sobre o texto, conforme determina a tramitação de PECs.

Entretanto, no início da semana, o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Arthur Lira (PP-AL), aventou a possibilidade de fazer uma promulgação fatiada. Isto é, somente os pontos que fossem consenso entre as duas Casas iriam para promulgação, não sendo promulgado o texto por completo. Seria uma forma de facilitar a promulgação ainda este ano, já que, regimentalmente, as PECs sofrem o conhecido efeito “ping pong”, quando a matéria fica indo e voltando entre Câmara e Senado até o texto aprovado nas duas Casas ser o mesmo.

A redação final aprovada pelo Senado deve ser disponibilizada nos próximos dias.

**Hidrogênio na Câmara não foi deliberado** – previsto para ser deliberado esta semana em comissão da Câmara, a votação do relatório do deputado Bacelar (PV-BA) ficou para o final de novembro.

No dia 07.11, o MME apresentou a proposta de projeto de lei do Governo para o marco legal do hidrogênio. A apresentação foi feita ao Grupo de Trabalho de Transição Energética do Conselho Econômico Social Sustentável (CDESS). O MME receberá as contribuições à proposta até o dia 17.11 pelo e-mail pnh2@mme.gov.br, cujo conteúdo está disponível no [link](#).

O presidente da Câmara dos Deputados também defendeu o projeto de autoria do deputado Arnaldo Jardim, que cria o Programa de Aceleração da Transição Energética (PATEN), disposto no PL 5174/2023. Arthur Lira tem dito que irá priorizar a pauta verde e projetos relacionados à transição energética.

**Partido da Renovação Democrática (PRD)** – com o número 25 na urna, o TSE aprovou a criação do PRD, partido que resultou da fusão do Patriota e PTB.

### **Próxima semana:**

Com o feriado da quarta-feira, dia 15.11, o ritmo de atividades no Legislativo deve se reduzir. Na Câmara dos Deputados, a expectativa para novembro ainda está na finalização da análise da reforma tributária e na agenda verde do presidente Lira. O Congresso já fez acordo para que no dia 23.11 seja realizada sessão para análise de vetos do presidente Lula, sendo os mais polêmicos o

Carf, arcabouço fiscal e marco temporal. O Senado tem sessões de comissões agendadas para analisar emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, ao passo que a Câmara dos Deputados tem audiências públicas agendadas:

**13.11, às 10h:** Hidrogênio verde no Brasil e no mundo;

**13.11, às 14h:** Metodologia de análise do ciclo de vida dos combustíveis.

# PRÓXIMA SEMANA

**13.11 - Segunda-feira:** Abraceel reúne-se com o Secretário-Executivo do MME, Efrain Cruz, para discutir sobre a modernização do setor elétrico, às 11h;

Abraceel participa de reunião do Fórum do Gás, que contará com a Diretora da ANP, Symone Araújo, às 11h;

Assembleia Geral Extraordinária da CCEE, convocada para deliberar sobre o orçamento de 2024 da Câmara, às 13h.

**14.11 - Terça-feira:** Abraceel participa de reunião ordinária da AICE, às 12h.

**17.11 - Sexta-feira:** Abraceel participa do Encontro Nacional de Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica, em Salvador, Bahia.